



Direito de greve no Brasil será debatido hoje na Comissão de Direitos Humanos

Participam os senadores Paulo Paim, que tem projetos sobre greve nos setores público

e privado, e Aloysio Nunes, que apresentou proposta sobre paralisações do funcionalismo. **4**



Professores das universidades federais fazem manifestação na Esplanada durante greve da categoria

**CPI do Cachoeira
ouve deputado
Leréia amanhã **3****

**A polêmica sobre o
projeto que trata de
crimes na internet **4****

Eleições não vão atrasar votação do Orçamento, afirma Sarney

Presidente do Senado considera curto o tempo até 22 de dezembro definido em calendário de trabalho, mas garante que serão cumpridos os prazos para definir projetos que vão receber R\$ 2,14 trilhões em 2013

O cronograma de tramitação do projeto do Orçamento 2013, apresentado sexta-feira por José Sarney, determina que até 19 de dezembro o trabalho seja concluído na Comissão Mista de Orçamento, com aprovação em Plenário três dias depois.

O Congresso poderá influir no destino de apenas 11,6% do total (R\$ 249,4 bilhões). O restante não pode ser mexido, incluindo o salário mínimo, cujo cálculo de reajuste até 2015 foi definido em lei do ano passado. Saúde terá prioridade nos investimentos: R\$ 79,3 bilhões. **3**



Sarney conversa com Sérgio Souza e Roberto Requião em Plenário, ao apresentar o cronograma

**Conselho de Comunicação faz hoje
primeira reunião depois da posse **2****

Código Florestal: debatedores discordam sobre “escadinha” **4**



Senadora Ana Amélia e ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho (ao microfone), participam de debate sobre a lei florestal promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em Esteio (RS)

Pedro Franco/Agência Senado

José Cruz/Agência Senado

Renan Araiz Lopes/Obj. - Senadora Ana Amélia

Formado por representantes de veículos de comunicação, de categorias profissionais e da sociedade civil, o colegiado tem como missão auxiliar o Congresso em questões relativas à regulação do setor



Dom Tempesta (D), arcebispo do Rio, é o presidente do conselho, e Mesquita, diretor de Comunicação do Senado, o vice

Conselho de Comunicação faz hoje primeiro encontro

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso realiza hoje a primeira reunião depois da posse dos membros. O colegiado vai discutir a criação de comissões técnicas, apresentar breve histórico da atuação e lançar, em mídia eletrônica, estudos já elaborados pelo órgão.

Composto por 13 membros titulares e 13 suplentes, que foram empossados em cerimônia realizada em 8 de agosto, o conselho reúne representantes de veículos de comunicação e de categorias profissionais, além de cinco membros da sociedade civil. O presidente é o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani João Tempesta.

A missão é realizar estudos, pareceres, recomendações e

Quem é quem		
REPRESENTANTE	TITULARES	SUPLENTES
das empresas de rádio	- Walter Vieira Ceneviva	- Daniel Pimentel Slaviero
das empresas de televisão	- Gilberto Carlos Leifert	- Marcio Novaes
de empresas da imprensa escrita	- Alexandre Kruehl Jobim	- Lourival Santos
engenheiro com notório conhecimento em comunicação social	- Roberto Franco	- Liliana Nakonechnyj
dos jornalistas	- Celso Augusto Schröder	- Maria José Braga
dos radialistas	- José Catarino Nascimento	- Eurípedes Conceição
dos artistas	- Jorge Coutinho	- Mario Marcelo
dos profissionais de cinema e vídeo	- Luiz Antonio Gerace	- Pedro Pablo Lazzarini
da sociedade civil	- Miguel Ângelo Cançado - Orani João Tempesta - Ronaldo Lemos - João Monteiro Filho - Fernando Cesar Mesquita	- Wraza Panizzi - Pedro Rogério Couto Moreira - Juca Ferreira - José Vitor Castiel - Leonardo Petrelli

outras solicitações do Congresso a respeito da regulação dos meios de comunicação do país.

A reunião de hoje será realizada às 14h no plenário 6 da Ala Senador Nilo Coelho, no Anexo 2 do Senado.

Senado homenageia entidade de apoio ao ensino superior

Os 30 anos da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes) serão lembrados hoje em sessão especial do Senado que começa às 11h. A homenagem foi requerida por Cristovam Buarque (PDT-DF).

A Abmes fez história ao atuar nos processos de discussão da Constituinte, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Comissão

Nacional de Reformulação da Educação Superior, no governo José Sarney.

Também participou dos debates em torno dos planos de governo dos presidentes Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Entre as contribuições, a entidade apresentou sugestões para aperfeiçoar o Fundo de Apoio ao Estudante do Ensino



Cristovam Buarque é autor do requerimento para a sessão especial Superior (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Todo mês, a instituição organiza seminários para auxiliar centros universitários.

Reintegração de servidores será votada semana que vem

A Comissão e Constituição, Justiça (CCJ) deve votar, no próximo esforço concentrado do Senado, de 10 a 14 de setembro, projeto de Lobão Filho (PMDB-MA) que reabre por 180 dias o prazo para servidores e empregados federais exonerados, demitidos, despedidos ou dispensados entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992 (governo Collor) solicitarem retorno ao serviço público.

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), negociou a inclusão em pauta do PLS 82/12 a pedido do próprio Lobão Filho e de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator da matéria.

Lobão Filho já havia apresentado proposta semelhante (PLS 372/08) que chegou a



ser aprovada pelo Congresso em 2011, mas foi vetada integralmente pela presidente Dilma Rousseff por tratar-se de medida de iniciativa privativa do Poder Executivo.

Dessa vez, Lobão Filho elaborou um projeto de cunho autorizativo, mantendo a decisão na alçada do governo federal. A solução proposta convenceu Flexa a recomendar a aprovação.

Lobão Filho argumenta que a Lei 8.878/94 deu prazo muito curto para os servidores reivindicarem reintegração e foi pouco divulgada.

Se aprovado na CCJ e não houver recurso para votação no Plenário do Senado, o projeto seguirá diretamente à Câmara dos Deputados.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- SEGUNDA**
- PLENÁRIO: Aniversário de entidade educacional**
11h Sessão especial para comemorar os 30 anos da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior. Às 14h, a sessão é não deliberativa.
 - CDH: Direito de greve**
9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa se reúne para debater o direito de greve. Após a reunião, será analisado requerimento que solicita audiência para discutir a precarização do trabalho no país.
 - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO: Primeira reunião**
14h O Conselho de Comunicação Social do Congresso realiza a primeira reunião para debater, entre outros assuntos, a criação de comissões técnicas.
- TERÇA**
- CDH: Debate sobre desoneração da folha**
9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza audiência pública para debater a desoneração da folha de pagamento e as relações com os movimentos sociais.
 - CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos de Carlos Leréia e André Jorge**
10h15 O deputado Carlos Alberto Leréia, que teria supostamente recebido dinheiro da organização, e o funcionário da Delta André Teixeira Jorge serão ouvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Cachoeira.
 - CÓDIGO PENAL: Audiência pública com o ministro da Justiça**
14h30 O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, participa de audiência pública na comissão especial interna que trata da reforma do Código Penal.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturlana, Ricardo Westin e Silvio Burler
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Parlamentar por Goiás enfrenta processo na Câmara e está sendo investigado

CPI do Cachoeira deve ouvir amanhã depoimento do deputado Carlos Leréia

O deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) deve ser ouvido amanhã, a partir das 10h15, pela CPI do Cachoeira. Investigação da Polícia Federal (PF) apontou ligação do deputado com a organização do contraventor. Leréia também enfrenta processo na Câmara que pode levar à cassação do mandato dele.

De acordo com a PF, o deputado teria recebido dinheiro da organização. Além disso, é acusado de alertar Cachoeira sobre uma operação policial. Leréia já declarou ser amigo de Cachoeira, mas negou ligação com a exploração de jogos ilegais. O processo na Câmara foi aberto após denúncia do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ).

Além de Leréia, a CPI ouvirá, também amanhã, André Teixeira Jorge, funcionário da Delta. Ele é apontado como integrante da organização de Cachoeira. Investigações indicam que a evolução patrimonial e movimentações financeiras são incompatíveis com os rendimentos declarados.

Corrupção pode ser combatida com educação ética e moral, defende Sérgio Souza

A corrupção no Brasil pode ser combatida pela educação dos cidadãos e com a eleição de políticos éticos. Essa é a opinião de Sérgio Souza (PMDB-PR), que, na sexta-feira, fez pronunciamento apelando aos eleitores para não venderem o voto nas próximas eleições. Ele também pediu a aprovação de projeto de lei de sua autoria que visa oferecer formação ética por meio do sistema educacional.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 2/12 insere a disciplina de Cidadania Moral e Ética no ensino fundamental e a de Ética Social e Política no ensino médio. A proposta deverá ser votada na primeira reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) após o feriado da Independência.

— O que nós estamos assistindo (mensalão, CPI) são consequências de um sistema que tem defeito e nós precisamos atacar as causas deste sistema. Se não atacarmos as causas, nós teremos outros mensalões e outras CPIs — disse o senador.



Para Souza, há correlação entre os problemas educacionais do país e a eleição de corruptos

Sarney anuncia calendário para tramitação do Orçamento 2013

Cronograma estabelece dia 22 de dezembro para conclusão da votação do projeto entregue quinta-feira ao Congresso. Presidente do Senado garante que as eleições de outubro não prejudicarão o cumprimento dos prazos para tramitação

O PROJETO DE lei do Orçamento da União para 2013 (PLN 24/12) deve ser votado pelo Congresso até 22 de dezembro, sendo para isso necessária a aprovação até dia 19 daquele mês na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O cronograma de tramitação foi lido sexta-feira em Plenário pelo presidente do Senado, José Sarney, que no dia anterior havia recebido o projeto das mãos da ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Sarney assegurou que, apesar do tempo exíguo, o Orçamento 2013 será votado pelo Congresso no prazo previsto. Ele reconheceu que o tempo disponível para a votação exigirá pressão, mas disse que as eleições de outubro não atrapalharão o cumprimento dos prazos.

— O prazo realmente é muito apertado, sempre foi apertado, mas vamos tentar cumprir esse prazo. E vamos cumprir. Essas etapas que a Comissão de Orçamento tem de cumprir as eleições não vão prejudicar — afirmou o senador.

Sarney também informou que determinou a publicação do calendário com o cronograma de tramitação do projeto de Orçamento.

Esforço concentrado

O presidente do Senado assinalou que está em contato com os líderes partidários para definir a pauta do próximo esforço concentrado, que ocorrerá no período de 10 a 14 de setembro, quando os senadores decidirão sobre projetos prontos para votação.

— Nós estamos sempre fazendo as pautas para as semanas de esforço concentrado em acordo com as lideranças, para levar à votação apenas matérias que não sejam controversas. Essa tem sido nossa orientação — explicou Sarney.



Sarney admite que o tempo exíguo para conclusão da votação exigirá pressão

Em relação a eventuais pressões que o Congresso sofrerá de categorias de servidores públicos grevistas que poderão ficar sem reajuste salarial no próximo ano, Sarney disse que o problema será examinado pelo Legislativo, se ocorrer.

Sucessão e bilhete

Ao ser indagado sobre movimentações parlamentares em relação à sua sucessão na Presidência do Senado, Sarney disse que ainda não é hora de tratar do assunto.

— Acho que está muito cedo para comentar isso. Da minha parte, não quero que me vejam já como um retirante, não é? — brincou o presidente do Senado.

Diante de pergunta sobre bilhete que a presidente Dilma Rousseff teria enviado a duas ministras indicando desconhecer acordo feito no Congresso para a aprovação da MP do Código Florestal, Sarney novamente respondeu com bom humor.

— Eu li esse assunto hoje nos jornais e estou vendo que cada vez mais a tecnologia não exime nem a presidente da República de escrever os seus bilhetes — disse.

Lei Orçamentária Anual

Os prazos finais para cada etapa são:

5 set	Publicação e distribuição em avulsos
20 set	Apresentação de emendas à receita e de renúncia de receitas ao projeto
23 set	Publicação, distribuição de avulsos das emendas à receita e de renúncia das receitas
5 out	Realização de audiências públicas
10 out	Apresentação, publicação e distribuição do relatório da receita e emendas
13 out	Votação do relatório da receita e emendas
18 out	Apresentação, publicação e distribuição do relatório preliminar
21 out	Apresentação de emendas ao relatório preliminar
24 out	Votação de relatório preliminar e emendas
3 nov	Apresentação de emendas ao projeto
8 nov	Publicação e distribuição de avulsos das emendas
27 nov	Apresentação, publicação, distribuição e votação dos relatórios setoriais
14 dez	Apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório do relator-geral
19 dez	Encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional
22 dez	Implantação das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração de autógrafos

Votação no Congresso define destino de R\$ 2,14 trilhões para o próximo ano

Ao receber do Executivo o projeto do Orçamento 2013, o Congresso dá início a uma de suas mais importantes agendas: a definição dos projetos e iniciativas governamentais em que serão gastos R\$ 2,14 trilhões no próximo ano.

Tecnicamente, o Congresso poderá influir no destino de apenas 11,6% do total. São R\$ 249,4 bilhões chamados de despesas discricionárias, aquelas que podem ser feitas sem restrições. O restante do Orçamento (88,4%) é despesa obrigatória, ou seja, verba que não pode ser mexida.

Mesmo a definição do salário mínimo — tradicionalmente um debate do Congresso — já tem regra definida. A Lei 12.382/11, ao fixar o salário mínimo daquele ano, estabeleceu uma política de longo prazo, que vigorará até 2015.

Por essa regra, o valor do mínimo em 2013 resultará da aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2012 mais a taxa de crescimento real do produto interno bruto (PIB) de 2011. Foi a aplicação desses índices — crescimento de 2,7% do PIB em 2011 e estimativa de 5% do INPC para 2012 — que resultou no valor de R\$ 670,95 para o mínimo do próximo ano. Isso representa reajuste de 7,9%.

Os números da proposta orçamentária mostram que a dívida da União e as demais despesas financeiras ainda ficam com quase a metade dos recursos — 46,6%, dos quais 34,4% se destinam à amortização. As despesas com pessoal e encargos sociais representam 9,7% dos R\$ 2,14 trilhões, enquanto os benefícios de previdência e assistência correspondem a 19,7%.

Saúde é a maior prioridade no recebimento de recursos da União

Nos investimentos, o Executivo indicou a saúde como a maior prioridade: R\$ 79,3 bilhões, 10,7% mais do que em 2012. Em seguida, vêm os programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa, Minha Vida, com R\$ 52,2 bilhões, um crescimento de 22,8% em relação aos R\$ 42,5 bilhões de 2012.

Investimentos em educação devem ser de R\$ 38 bilhões, com 14,4% a mais do que os de 2012. O Brasil sem Miséria deverá receber R\$ 29,9 bilhões, crescimento de 16,3%. Na preparação da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016), o Executivo prevê despesas de R\$ 1,9 bilhão.

A proposta projeta um crescimento do PIB de 4,5% e uma variação da inflação também de 4,5%. O PIB esperado para 2013 é de R\$ 4,97 trilhões.

Com a publicação do projeto, prevista para até 5 de setembro, começam os prazos para a tramitação.

Durante feira de agronegócio no Rio Grande do Sul, participantes de encontro promovido pela Comissão de Agricultura apontam avanços e retrocessos do Código Florestal



Entre especialistas em questões ambientais, Ana Amélia fala sobre o esforço da comissão mista que analisou o projeto

Acordo “escadinha” opõe debatedores da lei florestal

O NOVO CÓDIGO Florestal (Lei 12.651/12) foi debatido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sexta-feira em Esteio (RS), durante a Expointer, feira de agronegócio.

Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a audiência pública, falou sobre o esforço da comissão mista destinada a analisar a Medida Provisória 571/12, que modificou o Código Florestal. Segundo a senadora, se não houvesse acordo sobre a “escadinha” — preservação de áreas ambientais de forma proporcional ao tamanho da propriedade —, não seria possível a unanimidade na comissão, fazendo cair a MP.

Já Alexandre Saltz, promotor de Justiça do Rio Grande do Sul, afirmou que a lei deve ser defendida, apesar das imperfeições: para ele, a “escadinha” representa retrocesso socioambiental.

Moisés Savian, gerente de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, afirmou que o novo Código Florestal favorece os pequenos agricultores:

Derli Dossa, chefe de assessoria de gestão estratégica do Ministério da Agricultura, disse que o governo se preocupa com o passivo ambiental que os produtores precisarão recompor, mas a MP representou

um avanço. Dossa lembrou que, desde 1960, a produção agrícola brasileira aumentou 835%, mas a área plantada cresceu apenas 125%.

Rodrigo Brito, assessor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), opinou que não adianta a existência de leis se não houver condição de cumpri-las.

— Pessoas que estavam produzindo foram convertidas a delinquentes ambientais.

Nelson Fraga, assessor técnico do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), discordou, afirmando que a lei teve boas intenções no pagamento de serviços ambientais.

Recomposição de áreas de proteção no centro da polêmica

A recomposição mínima de mata nas margens de rios que será exigida de agricultores que ocuparam essas áreas com atividades consolidadas — cultivos e criações implantados até 2008 — foi foco durante os mais de dez anos de tramitação da reforma do Código Florestal no Congresso e agora está no centro da polêmica da medida provisória que complementa a nova lei (Lei 12.651/12).

A questão levou ao impasse enfrentado na semana passada na comissão mista que analisou a MP 571/12. O motivo da disputa foi o artigo que determina a porção mínima de áreas de preservação permanente (APPs) a serem recompostas para a regularização de propriedades que desmataram além dos limites permitidos por lei.

Ao sancionar o novo código, a presidente Dilma Rousseff vetou a parte que tratava do tema e cobriu a lacuna por meio de artigo incluído na MP. O governo introduziu regras escalonadas, favorecendo as pequenas

propriedades, mas também prevendo redução das exigências para os médios e grandes produtores. O mecanismo foi bem recebido no Congresso, mas os ruralistas conseguiram aprovar na comissão mista emendas que ampliam os benefícios, em troca de aceitarem a volta da proteção obrigatória a rios temporários, que havia sido excluída em votação de emenda no início de agosto.

Como o acordo feito na quarta-feira previa a revogação de uma questão já votada, exigiu apoio unânime da comissão, favorecendo a demanda da bancada ruralista. Dilma deu declaração negando participação do governo no acordo.

Como explicou Jorge Viana (PT-AC), caso fosse mantida a exclusão das margens de rios temporários da condição de APPs, o conjunto de rios do país ficaria em risco. O texto aprovado na comissão, disse, representou o acordo possível, uma vez que os parlamentares ligados às questões ambientais são minoria nas duas Casas.

Comissão de Direitos Humanos debate direito de greve



Em São Paulo, grevistas da PF levam piano para simbolizar excesso de trabalho

O direito de greve no Brasil é tema de audiência, hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O debate foi sugerido pelo presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS), autor de dois projetos que regulamentam o direito de greve nos setores público e privado. As propostas (PLS 83/07 e 84/07) tramitam em conjunto e já foram aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Agora, estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Participam do debate ainda os senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), autor do PLS 710/11, que também regulamenta o assunto, e Pedro Taques (PDT-MT), relator da iniciativa na CCJ. Além deles, foram convidados representantes de diversas categorias do funcionalismo e centrais sindicais.

O encontro acontece logo após o fim de um longo processo de negociação entre servidores em greve e o governo federal, encerrado às vésperas do envio do Orçamento 2013 ao Congresso, com previsão de reajuste salarial de 15,8% em três anos. Algumas categorias não aceitaram a proposta e permanecem em greve.

Braga acredita em acordo sobre crimes cibernéticos

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) está otimista quanto a um acordo para a votação, no Senado, do Projeto de Lei da Câmara (PLC) que possibilita a punição dos crimes cibernéticos. A proposta foi a Plenário na última semana, mas teve votação adiada por falta de consenso.

Vários senadores são contra a matéria (PLC 35/12) ter tramitação independente do projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/12). É o caso de Eunício Oliveira (PMDB-CE) — que preside comissão responsável por analisar a reforma do Código —, Pedro Taques (PDT-MT) e Aloysio Nunes (PSDB-SP).

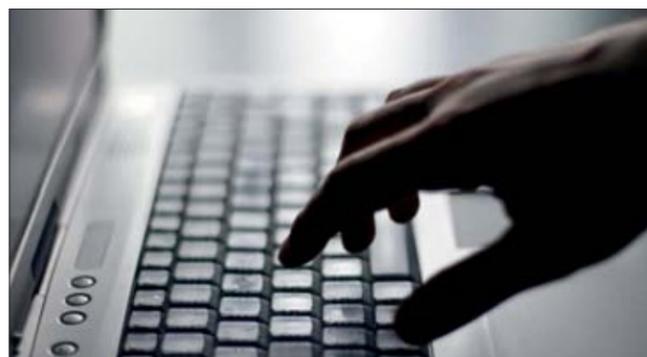
— Não há razão para que comecemos a desfazer o que

começa a ser concatenado na comissão do Código Penal — argumentou Aloysio.

No entanto, Eduardo Braga, que é relator do PLC 35/12 na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), defende a aprovação imediata.

— Não acho justo a população brasileira ficar sem legislação específica sobre crimes cibernéticos enquanto a reforma do Código está em andamento no Senado, o que pode levar mais alguns meses — disse.

Segundo ele, uma vez aprovado o novo Código Penal, a lei de crimes cibernéticos seria revogada. Braga espera que a matéria seja mantida na pauta de votações do próximo esforço concentrado, na segunda semana de setembro.



Eduardo Braga defende aprovação imediata de lei sobre crimes na internet